



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS BACABAL
CURSO DE LETRAS

LUZIA KELY DE SOUZA SILVA

SUBJETIVIDADE, RAÇA E GÊNERO EM *UM DEFEITO DE COR.*

Bacabal

2025

LUZIA KELY DE SOUZA SILVA

SUBJETIVIDADE, RAÇA E GÊNERO EM *UM DEFEITO DE COR.*


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, da Universidade Estadual do Maranhão - Campus Bacabal, como requisito básico para a conclusão do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literaturas.

Orientadora: Profa. Dra. Linda Maria de Jesus Bertolino


Aprovado em: 21/07/2025

Nota: 10


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LINDA MARIA DE JESUS BERTOLINO
Data: 29/07/2025 10:57:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa.Dr. Linda Maria de Jesus Bertolino (UEMA)

Documento assinado digitalmente
 WALTERSAR JOSE DE MESQUITA CARNEIRO
Data: 28/07/2025 20:57:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Waltersar José de Mesquita Carneiro (UEMA)

Documento assinado digitalmente
 LARISSA EMANUELE DA SILVA RODRIGUES DE O
Data: 28/07/2025 17:43:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Larissa Emanuele da Silva Rodrigues de Oliveira (UEMA)

Bacabal-MA
2025

Silva, Luzia Kely de Souza.

Subjetividade, raça e gênero em Um Defeito de Cor / Luzia Kely de Souza Silva. - Bacabal - MA, 2025.

45 f.

Monografia (Graduação em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literaturas) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Bacabal, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Linda Maria de Jesus Bertolino.

1. Subjetividade. 2. Raça. 3. Gênero. 4. Interseccionalidade. I. Título.

CDU: 821.134.3(81):316.647.8

Elaborado por Anderson de Araújo Machado - CRB 13/746 MA

À literatura e às mulheres, especialmente
à literatura feita por mulheres.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado aos sonhos da minha família, que não chegaram a realizar os próprios, mas que nunca impuseram limites, no que eu poderia fazer ou no que eu queria ser. Eles trilharam um caminho árduo para que eu tivesse não somente o privilégio de sonhar, mas também de realizá-los.

Mais que minha gratidão, minha honra à minha mãe, Salete, que reza todos os dias para que eu seja alguém de quem eu me orgulhe. É por esse motivo que, todos os dias, eu tento ser mais como ela. Você é tudo que eu tenho de bom para oferecer ao mundo. Ao lado dela, o meu pai, José, que se preciso, me carregaria nas costas para que eu alcançasse o topo da mais alta montanha. Mesmo que machucasse, ele ainda estaria sorrindo para mim. E ao meu irmão, Leon, que diz não para tudo o que eu peço antes de fazer tudo que eu mando. Amo vocês em escalas jamais calculadas, e nem imagino que seja possível colocar medidas, números ou palavras.

À Carliane, que me ofereceu o conforto de uma amizade a quilômetros de distância. Obrigada por ser inabalável ao me lembrar de que eu chegaria até aqui, todas as vezes que eu cheguei a questionar.

Às minhas meninas, Geovana, Paula e Cristiane, que estão a cada passo do caminho, compartilhando de um sonho coletivo. Vocês foram meus momentos mais felizes, meus momentos de segurança, as pessoas mais corajosas que eu já conheci na vida. Vocês têm para sempre a minha lealdade e o meu coração. Eu venci porque vocês venceram.

Um adendo especial à Cris, que está inserida no meu universo antes mesmo de eu aprender a soletrar gratidão. Poderiam ter sido anos assustadores, e foram, mas nunca solitários de fato, porque você estava lá, sempre esteve. Obrigada.

A minha orientadora, Linda Maria, esse trabalho só existe porque ela enxergou e lapidou todo o potencial que há em mim. Você é a mulher mais completa que eu conheço. Merece ser sempre admirada e exaltada.

E a toda força divina, da natureza e cósmica que rodeiam meu destino. Eu acredito em tudo o que nos faz humanos. Porque é isso que faz com que esses momentos sejam algo a ser celebrado.

“A carne que comíamos não era salgada? O sal era para ela não estragar, e nós também precisamos ser assim, fazer a nossa parte para conservar as coisas boas, tanto para nós quanto para as pessoas que vivem ao nosso redor.”

Ana Maria Gonçalves

RESUMO

Resumo: Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe uma análise das complexas relações entre subjetividade, raça e gênero na obra *Um Defeito de Cor* (2023). A partir de sua história, o romance permite a abordagem de inúmeros assuntos, entre eles escravidão, abolição e pós-abolição, através do olhar de Kehinde, uma mulher negra que vive os horrores da escravidão e as marcas de uma história de violências sistemáticas, contudo, também se rebela contra as condições desumanas impostas a ela e à sua comunidade. Partindo da premissa de que a narrativa de Ana Maria Gonçalves se destaca como um espaço privilegiado para a discussão de questões identitárias, o estudo investiga como a experiência de Kehinde, em um contexto marcado pela colonialidade e pelo eurocentrismo, revela os desdobramentos históricos e sociais da produção de ausências representacionais. Para tanto, será utilizada a análise interseccional e sua analítica voltada para sensibilidade como ferramenta metodológica, permitindo desvendar as implicações entre raça, gênero e sexualidade na construção das subjetividades. Considerando a perspectiva secular de exploração e anulação de suas contribuições históricas, o estudo propõe analisar a obra de Ana Maria Gonçalves como um mecanismo potente de subversão e ressignificação de narrativas negligentes e hegemônicas. O objetivo central é transcender a abordagem universalizada que posiciona as mulheres de cor a um estado de passividade e subserviência e destacar as complexidades interseccionais que as atravessam, refletidas na trajetória da protagonista Kehinde. A investigação foi produzida sob o viés de estudos decoloniais, com o aporte teórico de Carla Akotirene (2019), bell hooks (2019), Achille Mbembe (2018) e outros. A pesquisa, portanto, pretende evidenciar a relevância de reconhecer e conferir visibilidade às narrativas negligenciadas, transmutando-as em um frutífero campo de reflexão crítica e, sobretudo, em um instrumento de resistência cultural e política.

Palavras-chaves: Interseccionalidade; Subjetividade; Raça; Gênero.

RESUMEN

Resumen: Este Trabajo Final de Curso propone un análisis de las complejas relaciones entre subjetividad, raza y género en la obra *Um Defeito de Cor* (2023). A partir de su narrativa, la novela permite abordar numerosos temas, incluyendo la esclavitud, la abolición y la posabolición a través de la mirada de Kehinde, una mujer negra que experimenta los horrores de la esclavitud y las marcas de una historia de violencia sistemática, pero que también se rebela contra las condiciones inhumanas impuestas a ella y a su comunidad. Partiendo de la premisa de que la narrativa de Ana Maria Gonçalves se destaca como un espacio privilegiado para la discusión de cuestiones identitarias, el estudio investiga cómo la experiencia de personajes femeninos negros, en un contexto marcado por la colonialidad y el eurocentrismo, revela las consecuencias históricas y sociales de la producción de ausencias representacionales. Para ello, se utilizará el análisis interseccional y su analítica centrada en la sensibilidad como herramienta metodológica, permitiéndonos desentrañar las implicaciones entre raza, género y sexualidad en la construcción de subjetividades. Partiendo de la perspectiva secular de la explotación y la anulación de sus contribuciones históricas, el estudio propone analizar la obra de Gonçalves como un poderoso mecanismo de subversión y resignificación de narrativas negligentes y hegemónicas. El objetivo central es trascender el enfoque universalista que sitúa a las mujeres racializadas en un estado de pasividad y sumisión, y destacar las complejidades interseccionales que las atraviesan, reflejadas en la trayectoria de la protagonista Kehinde. La investigación se desarrolló bajo el enfoque de los estudios decoloniales con la contribución teórica de Carla Akotirene (2019), bell hooks (2019), Achille Mbembe (2018) y otros. Por lo tanto, la investigación busca destacar la importancia de reconocer y visibilizar las narrativas olvidadas, transformándose en un campo fructífero de reflexión crítica y, sobre todo, en un instrumento de resistencia cultural y política.

Palabras clave: Interseccionalidad; Subjetividad; Raza; Género.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. UM DEFEITO DE COR: A HISTÓRIA CONTADA NO CORPO.....	15
1.1 Ana Maria Gonçalves; Uma Escrita Decolonial.....	17
1.2 A Narrativa Um Defeito de Cor.....	19
1.3 Desdobramentos coloniais na produção de ausências.....	10
2. A ANALÍTICA INTERSECCIONAL DE RAÇA, GÊNERO SEXUALIDADE.....	25
2.1 Kehinde: Um olhar para a rebeldia.....	30
3. 3. A PERSPECTIVA DA SUBJETIVIDADE.....	37
3.1 Desobediência a ausência representacional.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Partindo de um panorama geral, as estruturas metodológicas de gênero, raça e classe são produzidas por um sistema de atravessamentos identitários, no qual mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento dos mecanismos colonizadores. A filósofa e ativista bell hooks (2019) argumenta que a exploração de mulheres negras é um legado direto do colonialismo e da escravidão, cujos corpos eram vistos como objetos de desejo e de violência. Em consequência, historicamente, foi projetado nessas mulheres configurações de um sujeito subordinado, posicionadas às margens da existência e, portanto, anuladas de qualquer participação social.

Nesse pensar, seus corpos, identidades e individualidade foram monopolizadas e reduzidas a estereótipos submissos, construídos por uma cosmovisão ocidental e perpetuados pelo imaginário patriarcal contemporâneo, sempre, de maneira universalizada, logo, sob o olhar da colonialidade; termo, aqui articulado, a partir de Aníbal Quijano (2005).

Conforme Quijano (2005), o conceito de colonialidade do poder é usado para explicar como as relações coloniais de poder continuam a influenciar as estruturas sociais vigentes. Pois, a colonialidade não apenas institucionalizou o racismo, como, também, estabeleceu uma hierarquia de gênero que desumaniza as mulheres racializadas.

Seguindo essa linha de pensamento, vale destacar a afirmação de Carla Akotirene em *Interseccionalidade: feminismos plurais* (2019), a respeito desses atravessamentos contínuos de manipulação. A considerar que:

A teoria feminista argumentou haver discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal, responsáveis por modelar subjetividades femininas condicionadas a tornar a mulher uma categoria de Outro: obedientes filhas, boas esposas, mães compulsórias e cúmplices das violências praticadas contra elas, conforme assinala Simone de Beauvoir, no livro *O segundo sexo*, publicado em 1949, e Marilena Chauí, em 1985, no artigo "Participando do debate sobre mulher e violência". (Akotirene, 2019, p. 20).

A autora avança em sua crítica ao expor a produção de abordagens teóricas desorganizadas que pensam sobre a mulher negra. É irracional cogitar a construção de um perfil unidimensional, ora, pois tal pensamento desconsidera fatores históricos e culturais envolvidos na construção da humanidade. Segundo Akotirene (2019), não há aprofundamento ou sequer um método rigoroso ou empático para discutir as

questões sócio-culturais que atravessam a existência negra. A despeito da validade dos pontos, até aqui expostos, é imperativo reconhecer que a complexidade da experiência dessas mulheres ultrapassa as limitações impostas pelo sistema opressor que as vê como sujeitos inertes.

Tais aspectos terminam por, frequentemente, relegar o corpo feminino negro a um plano secundário, o que concorre para que esse corpo seja, teoricamente, quase ou sempre, configurado nos textos coloniais a partir de uma abordagem periférica. O que é péssimo uma vez que essa orientação tanto fortalece como ajuda a perpetuar uma noção hegemônica de representação negativa, no qual a análise sobre o sujeito negro(a) se restringe, unicamente, à experiência de exploração, vulnerabilidades e traumas.

Essa perspectiva reducionista, ao priorizar o sofrimento em detrimento de outras dimensões da subjetividade feminina negra, obstaculiza a compreensão da complexidade e da agência dessas mulheres. Culturalmente, propaga-se a ideia de que a mulher negra, após séculos de subserviência patriarcal e opressão (impactos coloniais, escravidão e racismo), deveria ter a capacidade de se reerguer e agir politicamente sozinha, excluindo o peso da história e transformando-as em criaturas de resistência inabalável.

É incabível exigir tal autonomia individual sem o reconhecimento e o combate efetivo às estruturas opressoras que manipulam o direito à vulnerabilidade. Ao monopolizar essa imagem da “mulher negra forte e resistente”, a sociedade, e por vezes até os próprios movimentos sociais, acabam justificando a sobrecarga e a exploração contínua às quais elas são submetidas.

A omissão deliberada, manifestada pelo silêncio acerca dessas abordagens corrobora para uma aceitabilidade social dessas violações identitárias, reforçando a continuidade da reificação do passado no presente. Isso reproduz estereótipos negativos, reduzindo-os a figuras meramente unidimensionais. Além de superficial, essa representação não permite que a mulher negra seja vista em sua totalidade, humanidade e pluralidade de experiências. Logo, a falta de reflexão sobre essas questões impede que essas mulheres, como sujeitos políticos, se reconheçam nas narrativas dominantes, resultando em uma invisibilidade histórica que prolonga um ciclo de marginalização e ausência.

Portanto, é desse modo que a perspectiva da análise investigativa que orienta a escrita dessa monografia realiza uma interpretação que consiste na amplitude da

desconstrução narrativa, no que consiste a representação negativa do corpo feminino negro. Sob isso, o presente estudo se propõe a analisar a humanidade subjetiva de personagens negras, para além da carga de brutalidades. Porém, sem desvalorizar ou reconhecer as cicatrizes de opressão; elemento complexo que atravessa os corpos de mulheres negras. Corpos esses que são examinados, a partir da intersecção entre raça/gênero/classe, no objeto de pesquisa *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves (2023)

Nesse sentido, o objetivo da análise poética e teórica é transcender a abordagem que limita o protagonismo da mulher preta ao estado de passividade e ausência. Logo, pegamos uma via contrária a essa visão colonial para mostrar no *corpus* poético pesquisado, como a protagonista, usando de estratégias de enfrentamento, assume-se como um agente de transformação e atuação ativa que desafia e subverte as estruturas dominantes. Sendo, pois, nesse contexto que a análise explora como a obra de Gonçalves (2023) atravessa os cruzamentos interseccionais de poder e manipulação representacional, evidenciando a complexidade de suas experiências e a capacidade de construir narrativas de poder e resiliência.

Tecendo como fio narrativo o protagonismo de Kehinde, personagem ficcional inspirada em Luísa Mahin¹, mulher africana - atuante no Brasil do século XIX - desempenhou um papel crucial na articulação da Revolta² dos Malês. Segundo Gonçalves,

Todas as pessoas que participavam da reunião levavam a sério o problema dos escravos em geral, e pensavam não apenas em conseguir a própria liberdade, mas a de todos, sabendo que mais valia a inteligência do que a força. Mesmo porque inteligência era algo que os senhores de escravos não imaginavam que fôssemos capazes de possuir. (Gonçalves, 2023, p.238)

Em termos de Literatura Afro-Brasileira Contemporânea, *Um Defeito de Cor* emerge como um pilar de narrativa decolonial. Publicado originalmente em 2006, o romance tece a narrativa da vida de Kehinde, uma mulher africana subjugada à escravidão no Brasil. Contudo, a obra transcende a representação de uma personagem imbuída de passividade, construindo em seu cerne uma figura de

¹ Heroína da Revolta dos Malês — movimento de escravizados de Salvador em 1835 — e tida como mãe do abolicionista Luís Gama. Mahin foi trazida ao Brasil da Costa da Mina e escravizada no século 19, segundo a Fundação Cultural Palmares. Gama, nascido em 1830, foi vendido como escravo na infância pelo próprio pai, português afundado em dívidas.

² 1835, um levante de escravizados que marcou a história do país

oposição e tenacidade, atravessando as múltiplas formas de opressão decorrentes da escravização e suas interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade.

Sob esse olhar, a escrita desse projeto monográfico dialoga com as ideias e teorias que desenvolvi, ao longo da minha Iniciação Científica, executada na pesquisa do projeto *Geografia Corporificada Do Feminino Negro: (Auto) Representação, Em Um Defeito De Cor E Becos Da Memória*; PIBIC³/UEMA, sob a orientação da professora Doutora Linda Maria de J. Bertolino.

Em busca de compreender ou ampliar alguns pontos que ficaram obscuros na investigação do projeto, possivelmente, porque o tempo de um ano não foi suficiente para ampliar as teorias, investimos, aqui, evidenciar a relevância de reconhecer e conferir visibilidade às narrativas negligenciadas, transmutando-as em um frutífero campo de reflexão crítica e, sobretudo, em um instrumento de resistência cultural e política.

Afinal, literaturas como a de Ana Maria Gonçalves insurgem-se para desobedecer a uma ausência histórica e representacional. Nessa perspectiva, a declaração de Maria Lugones ressoa quando ela afirma que a despatriarcalização só é possível se houver a descolonização do saber e do ser, a partir de um feminismo decolonial, rompido com a universalidade dos feminismos hegemônicos (Lugones, 2012, p. 1).

Ainda segundo Maria Lugones (2012), a desconstrução do sistema de poder que rege a produção de conhecimento sobre essas mulheres, sendo, portanto, necessárias para que se tenha profundidade e bases estruturais nas investigações sobre raça, gênero e sexualidade. Isso porque, a intersecção das categorias de raça, gênero e sexualidade constitui um campo de estudo fundamental para a compreensão do neocolonialismo e das dinâmicas de poder hegemônico que oprimem e permeiam a sociedade contemporânea. Desse modo, essas categorias, longe de operarem de maneira isolada, interagem de formas complexas produzindo experiências únicas de privilégio e marginalização.

No tocante ao gênero, a perspectiva feminina da escravidão ainda sofre de grandes ausências, o que nos impõem mencionar que ao revisitar a escravidão sob a ótica de uma protagonista que atravessou as águas diaspóricas da escravidão, a

³ Pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq), com duração de um ano, que resultou na produção do artigo "A POSSE": a desintegração da mulher negra em Um Defeito de Cor.

autora Ana Maria Gonçalves expõe não somente as consequências do processo de desumanização, como, também, oferece uma perspectiva mais ampla e complexa da história dessas mulheres. Mulheres que não podem ser analisadas ou posicionadas no enredo da narrativa, apenas, como um estado de resistência, mas, sobretudo, como figuras de agência e transformação.

Dito isso, propomos ainda para este trabalho investigar a sobreposição entre a literatura e os processos históricos que moldaram a identidade das mulheres pretas no Brasil. Para tanto, será explorada a relevância da literatura afro-brasileira de Ana Maria Gonçalves, no processo de rompimento com o sistema de ausências representacionais e quanto ao seu aprofundamento nas (re)significações de um sujeito legítimo e subjetivo. Nesse cenário, este estudo parte da premissa de que a literatura afro-brasileira, exemplificada por um *Um Defeito de Cor*, atua como um potente mecanismo de subversão e ressignificação.

Ao abrir espaço para trajetória de Kehinde, uma mulher negra que vive os horrores da escravidão e as marcas de uma história de violências sistêmicas, a obra se apresenta como um campo fértil para investigar como a subjetividade do feminino negro foi moldada e distorcida, ao longo do tempo. Em sua trajetória, a protagonista trava uma luta simbólica contra a opressão e a destruição do corpo da mulher negra, conferindo-lhe o poder de dominar.

Consequentemente é sob essa ótica que, enquanto aluna Pesquisadora/Bolsista UEMA, busquei dar continuidade às respostas que me inquietaram ao longo do desenvolvimento da pesquisa PIBIC. Nisso veio à tona, por meio das protagonistas femininas, uma profunda inquietação sobre as lacunas nas narrativas que nos eram oferecidas. Fui tocada pelo impacto transformador da literatura de Ana Maria Gonçalves, e, de modo igual, pelo seu brilhantismo de como aproximou história e ficção para construir a narrativa.

Posso dizer ainda que, como ex-Bolsista da Iniciação Científica, senti que precisava teorizar e escrever mais sobre a questão da desconstrução desse sistema que, além de desumanizar a mulher negra, contribui para produzir apagamentos históricos e existenciais ao protagonismo feminino negro. Essa inquietação me impulsionou a dedicar-me a este estudo.

Contudo, devo dizer que a atuação e o acolhimento do grupo de pesquisa COLICEC (Configurações da Literatura Contemporânea e Estudos Culturais, cadastrado no CNPq desde de 2022), também foi fundamental para ampliar meu

olhar para as questões de raça, gênero e sexualidade. Grupo esse que me viabiliza perspectivas e inspirações para mergulhar no universo da pesquisa, uma vez que com suas discussões aprofundadas e análises sob o viés crítica ao colonial, vários caminhos são abertos para que Eu (membro ativa do Grupo de Pesquisa) possa caminhar e assimilar aportes teóricos necessários para que abrace, especialmente, os cruzamentos das questões de gênero, raça e sexualidade. Por isso, esse trabalho de monografia não discute, apenas, uma temática a ser analisada ou tratada como um mero objeto de estudo, e sim de um compromisso com a construção e a reafirmação de novos saberes que foram, por tanto tempo, negligenciados e marginalizados.

Em termos metodológicos, a proposta para esta pesquisa envolve uma abordagem teórica centrada na análise da obra *Um Defeito de Cor*, sob a ótica decolonial. Para isso, a pesquisa se apoia no viés teórico para analisar os objetos de estudo e explorar as teorias trabalhadas sobre intersecção entre corpo, raça, sexualidade e gênero.

O ponto de partida é o reconhecimento das encruzilhadas interseccionais como uma ferramenta crucial para questionar e dismantelar as narrativas hegemônicas que, historicamente, marginalizaram vozes e aniquilaram vidas colonizadas. Este arcabouço teórico permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de poder, resistência cultural e subjetividades identitárias, elementos manifestados na narrativa de Gonçalves. Pois, em sequência, examinada e analisada essa relação, efetiva-se a produção escrita sobre a representação cartográfica do corpo pesquisado.

Desse modo, a pesquisa constitui-se de instrumentos de pesquisa qualitativa-exploratória e bibliográfica, com mediações socioculturais, pensadas a partir dos estudos de Carla Akotirene (2019), bell hooks (2019), Maria Lugones (2007), Frantz Fanon (2020), Achille Mbembe (2018), entre outros. Quanto à estrutura do trabalho essa se divide em três partes; a primeira se reserva a *Um Defeito de Cor*: a história contada no corpo, a segunda a *Análítica Interseccional de Raça, Gênero e Sexualidade*, e a terceira e última a *A Perspectiva da Subjetividade*.

1. UM DEFEITO DE COR: A HISTÓRIA CONTADA NO CORPO

A escrita decolonial está profundamente enraizada em uma ética de resistência e de desconstrução do sistema-mundo moderno/colonial. Ao trazer à tona narrativas e epistemologias antes marginalizadas, o olhar decolonial não apenas desconstrói as hierarquias impostas pelo colonialismo, como propõe novos horizontes de sentido, em que a diversidade de experiências e saberes coexistem de forma equitativa.

No que conduz a isso, a escrita decolonial de Ana Maria Gonçalves - marcada fortemente por questionamentos existenciais, por densas pesquisas de ancestralidade e heranças africanas encontradas no Brasil – apresenta em *Um Defeito de Cor*, romance publicado em 2006, fortes traços documentais históricos, nos quais várias questões que envolvem a representação do corpo feminino negro podem ser analisadas. Isso porque a poética narrativa de Gonçalves centra-se na trajetória de uma protagonista – Kehinde, mulher preta e, igualmente, um corpo escravizado.

Um Defeito e Cor não só revisita o passado colonial do Brasil, como também expõe as continuidades dessas opressões no presente. Pois, conseqüentemente, é uma ficção que recupera a história da escravidão, porém, sob a perspectiva de quem a viveu, o que termina por oferecer ao leitor uma visão intimista e poderosa das lutas e complexidades da protagonista.

O termo “um defeito de cor”, escolhido pela autora para intitular sua obra mais consagrada, tem um significado histórico fundamental para compreensão da narrativa como uma reivindicação de si. A expressão era um conceito de liberação racial comum no século XIX. Na época, a racialidade era configurada por questões positivistas, como se pessoas racializadas, indígenas e negras pudessem ter em sua constituição biológica (a cor), algo que fosse um defeito intrínseco, como pouca inteligência, por exemplo.

Não era apenas uma noção popular, mas um termo presente na legislação eclesiástica e civil da época. Pois, naquele tempo-espaco era comum que solicitassem “a dispensa do defeito de cor” para que, só assim, pudessem ser aceitos em algum cargo público ou religioso. Infelizmente, o cidadão negro além de negar a sua cor, era obrigado a reconhecê-la como um defeito, tendo, assim, que pedir dispensa e perdão por isso.

Sobre isso, vejamos:

Sobre São Benedito eu já sabia, mas fiquei muito espantada com o que ouvi logo depois, que em uma época não muito distante da nossa, os religiosos europeus se perguntavam se os selvagens da África e os indígenas do Brasil podiam ser considerados gente. Ou seja, eles tinham dúvida se nós éramos humanos e se podíamos ser admitidos como católicos, se conseguiríamos pensar o suficiente para entender o que significava tal privilégio. Eu achava que era só no Brasil que os pretos tinham que pedir dispensa do defeito de cor para serem padres, mas vi que não, que em África também era assim. (Gonçalves, 2023, p.893)

É imperativo salientar que a obra de Ana Maria Gonçalves tem como inspiração narrativa a história pouco explorada de Luísa Mahin, mãe de Luís Gama e participante ativa de revoluções do período colonial. Além de vários focos narrativos, *Um Defeito de Cor* tem como pano de fundo a Revolta dos Malês, maior rebelião popular de escravizados da história, ocorrida em 1858 em Salvador. Contudo, é preciso dizer que embora Gonçalves tenha trabalhado o enredo dessa obra aproximando a fatos históricos, muitas fontes históricas questionam as referências que comprovam a participação de Luísa Mahin na revolta devido à escassez de registros e a fragmentação dos relatos sobre a sua vida, o que ocasionou o desinteresse de estudiosos e historiadores.

Todavia, essa incerteza que recai sobre a figura de Luísa Mahin a transfigurando em algo meramente mitológico, só reforça a negligência representacional e a descredibilização do poder de agência de uma mulher de cor, que apesar das barbaridades, conseguiu sobreviver há uma linha temporal de apagamento colonial e patriarcal.

A principal fonte de informações sobre Luísa Mahin advém de uma carta autobiográfica escrita em 1880, pelo advogado, escritor e abolicionista Luís Gama. Neste depoimento, quase autobiográfico, ele descreve sua mãe como: “uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação), de nome Luiza Mahin, pagã que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.” (Gama, 1880). Em um defeito de cor, a representação da protagonista aproxima-se da representação que Gama (1880) descreve sobre Luísa, mulher negra e mãe de Luiz da Gama.

Assim como Luísa, Kehinde expressa que seu corpo e sua existência eram inegociáveis. Nesse sentido, afirma a personagem que “*para os brancos fiquei sendo Luísa, Luísa Gama, mas sempre me considere Kehinde.*” (Gonçalves, 2023, p.73). Nesses termos, Gonçalves ressignificou, através da construção de sua personagem, o que seria um “defeito de cor”. Pois, ao utilizar o termo em sua obra, a autora não

pede uma dispensa para ser aceita ou para que Kehinde seja validada, ao contrário, ela dispensa a própria necessidade social de questionar o que é reconhecido ou não, em relação às verdades contadas sob a perspectiva de quem viveu a história.

Nesse contexto, diz Luís Gama (1830-1882):

Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem de que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga, sob sua superfície escura, vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade. (Gama, 2008, apud Figueiredo, 2011, p. 277)

Embora haja um espaço de tempo considerável entre a atualidade dos escritos de Gonçalves e os pensamentos abordados por Gama, tanto a escrita que Gama constrói sobre sua mãe, como a escrita de Gonçalves, constroem um desejo mútuo de liberdade. Logo, ambas transcendem as correntes raciais universalizadas, que atravessam séculos de continuidade, assim como, também, a longevidade de suas ideias, gerando um processo contínuo e intergeracional.

Eles (Gama e Gonçalves), cada um há seu tempo e com suas ferramentas, desafiam a naturalização da subalternidade racial.

Aliás, em África, defeituosos deviam ser os brancos, já que aquela era a nossa terra e éramos em maior número. O que pensei naquela hora, mas não disse, foi que me sentia muito mais gente, muito mais perfeita e vencedora que o padre. Não tenho defeito algum e, talvez para mim, ser preta foi e é uma grande qualidade, pois se fosse branca não teria me esforçado tanto para provar do que sou capaz, a vida não teria exigido tanto esforço e recompensado com tanto êxito. Eu me sinto muito mais orgulhosa de ter nascido Kehinde do que sentiria se tivesse nascido padre Clement (...). (Gonçalves, 2023, p.893).

Diante desse quadro de aproximações e semelhanças narrativas, abrimos espaços para apresentar de forma mais precisa, ao leitor, a escrita de Ana Maria Gonçalves.

1.1 Ana Maria Gonçalves; Uma Escrita Decolonial

Nascida em Ibiá, Minas Gerais, Gonçalves é publicitária por formação. Em viagem à Bahia, se encantou com a Ilha de Itaparica, onde fixou moradia por cinco anos e descobriu sua veia de ficcionista, passando, todavia, a se dedicar integralmente à literatura e ao multifacetado universo cultural da diáspora africana nas Américas.

Em 2006 tornou-se conhecida em todo o país com o lançamento de *Um Defeito de Cor*, que veio a se tornar um clássico da literatura brasileira. Composto por 951 páginas, é conhecido como um dos romances mais longos da literatura nacional. Sua criação representou uma verdadeira jornada para a escritora mineira, uma vez que ela dedicou cinco anos de trabalho intenso à obra; sendo os dois primeiros anos consumidos em pesquisas minuciosas, seguidos de mais alguns anos de muita escrita e reescrita.

No prólogo, Gonçalves (2023, p.9) revela que o livro foi fruto da Serendipidade⁴, definida como a capacidade de descobrir ou encontrar algo significativo enquanto se procura outra coisa, mas para a qual já se estava preparado, de alguma forma. Segundo Gonçalves, foi a descoberta de um manuscrito que deu vazão a tudo que veio depois, e que iria construir caminhos que seriam percorridos até a serendipidade chegar a seu destino.

A realidade é que, ao escrever sobre a existência de um manuscrito, a autora recorreu de um recurso narrativo, cujo intuito era proteger de qualquer questionamento ou desvalidação a perspectiva do que seria contado. Pois, mesmo sendo o enredo de *Um Defeito de Cor* embasado em anos de pesquisa, as contribuições da população negra foram e são frequentemente confrontadas com a incessante exigência de provas e documentos que legitimam suas narrativas e conhecimento.

Contudo, mesmo quando provas são apresentadas, há uma tentativa de silenciar e descredibilizar a atuação e o protagonismo de sujeitos negros. Como cita Ana Maria Gonçalves em uma entrevista para o programa de TV Roda Viva⁵, disponibilizado na plataforma do Youtube :

Achei, eu vou colocar isso aqui (o manuscrito), eu acho que se eu conseguir ser convincente (...) eu acho que é uma maneira da gente questionar isso. Da gente tá sempre, por exemplo, quando a gente vai discutir a questão racial no Brasil, a gente geralmente apresenta os fatos e a branquitude acha que pode contestar apenas com a opinião, é só da gente que é cobrado esses documentos. (Gonçalves, 2023, transcrição própria, Youtube)

⁴ A palavra serendipidade significa a descoberta, de forma acidental, de algo que tenha ou desperte muito valor para nós, que nos seja útil. Foi criada no século XVIII pelo escritor inglês Horace Walpole, que fazia referência ao conto persa Os três príncipes de Serendip, uma história sobre os príncipes do Ceilão, que viviam fazendo descobertas inesperadas, cujos resultados eles não estavam procurando realmente.

⁵Roda Viva | Ana Maria Gonçalves | 17/07/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cP28ek_6dg>. Acesso em: 17 jun. 2025.

O trabalho da autora reside na elaboração de uma contranarrativa da história oficial do Brasil, articulada do ponto de vista de uma mulher negra que atravessou o período colonial. Essa abordagem sublinha que o arquivo reside no corpo, dispensando a validação de documentos formais para autenticar a experiência vivida. Essa história foi oficialmente contada no corpo, e em *Um Defeito de Cor*, é Kehinde quem a corporifica e a revela, por isso, expomos umas linhas sobre a trama.

1.2 A Narrativa Um Defeito de Cor

A trama que abrange - quase a totalidade do século XIX - centra-se nas longas trajetórias de Kehinde (pronuncia-se Quéindé). Apesar de ser uma obra densa, a saga se divide, apenas, em dez capítulos. Escravizada na Bahia, a personagem trilha um caminho de diásporas e inúmeras provações narradas em um tom memorialista. O tema central que envolve a história de Kehinde é a saga pela procura do seu filho, perdido ainda na infância.

A brutalidade dos acontecimentos que vivenciam a protagonista, frequentemente, submerge a percepção da idade da personagem. Ao ser exposta a tantas violências e adversidades, tão precocemente, sua vivência apaga os contornos da juventude, tornando a idade mais uma cicatriz do que um simples número de marca temporal.

A narrativa trabalha com dois tempos: presente e passado. Os relatos da personagem são produzidos na velhice, enquanto que o olhar retrospectivo da protagonista se funde ao presente da narrativa de forma a fazer projeções para o futuro. Assim, a narrativa não se limita apenas à sua condição de escrava, ela explora também a sua força, inteligência e resiliência que, por meio de estratégias de trabalho árduo e por meio de uma imensurável vontade de viver livre; a protagonista consegue comprar sua alforria.

Além de navegar pelas águas desconhecidas do Atlântico, Kehinde também se insere e atua em esferas de poder. Sua ascensão a uma posição de empresária e figura de influência ilustra sua habilidade em navegar pelas complexidades interseccionais de sua identidade. Assim, a personagem subverte, mesmo que de maneira simbólica, as estruturas de poder e as expectativas sociais inerentes ao período.

Um dos pontos mais celebrados da obra é justamente o pioneirismo em narrar a escravidão, sob o ponto de vista da figura feminina negra, que foi sistematicamente suprimida da historiografia oficial. Nesse sentido, Gonçalves confere voz a essa experiência singular, materializando-se em um monólogo de quase mil páginas. Tal empreendimento narrativo não só transcende a mera inclusão, como, igualmente, reposiciona a personagem protagonista dentro de um panorama subjetivo de empoderamento.

Portanto, trazemos à tona essas enunciações da autora Ana Maria Gonçalves, a fim de representar no interior da obra um olhar de reconstrução e visibilidade a autonomia da mulher negra; sem perder de vista suas complexidades e a sua plenitude como sujeito histórico. Isso, para nós alunos da academia e membros do Grupo de Pesquisa Configurações da Literatura Contemporânea e Estudos Culturais – COLICEC representa uma revisão crítica das narrativas hegemônicas que, por muitos séculos, marginalizaram vozes e corpos periféricos.

1.3 Desdobramentos coloniais na produção de ausências

Inicialmente, convém ressaltar a premissa das múltiplas violências que se sobrepõem, simultaneamente, solidificando-se como uma estrutura de poder sistematizado. Essas violências são, por sua vez, legados históricos do colonialismo patriarcal. Taís raízes moldou uma metodologia de opressão interligada que está longe de agir de maneira isolada.

A realidade é que o sistema que categoriza, subjuga e exclui indivíduos está intrinsecamente conectado e se reforçam mutuamente, criando experiências únicas e complexas de marginalização. Todos esses aspectos reforçam uma matriz de dominação que continua sendo perpetuada na contemporaneidade.

Seguindo essa perspectiva de poder, Achille Mbembe, filósofo e pesquisador negro Camaronês, nos apresenta o conceito de Necropolítica⁶, que é a ideia de que os Estados e outras formas de poder decidem “quem pode viver e quem deve morrer”. Essa forma de soberania se exerce em contextos de guerra, genocídio, escravidão e, de modo igual, em outras formas de violência extrema, onde certos

⁶ "Necro-" deriva do grego "nekros", que significa "morto" ou "cadáver", enquanto "-política" refere-se à arte ou ciência da política, ou seja, como o poder é exercido.

grupos, normalmente categorizado como o “Outro”, são relegados à condição de “mortos-vivos” ou vidas “descartáveis”.

Mbembe (2018) argumenta que, na necropolítica, o poder soberano se expressa através da capacidade de matar e de deixar morrer, criando espaços de morte, como zonas de conflito, campos de refugiados e favelas. O ponto de partida para as reflexões desenvolvidas por Mbembe é o conceito de biopoder, pautado nos escritos de Michel Foucault.

O intelectual africano traz argumentos que relacionam a dura perspectiva do “deixar viver” e “deixar morrer”, como uma realidade segregadora que é criada e mantida pelo Estado. Segundo Mbembe, o Estado, como esfera dominante, continua a exercer tais poderes, o que para Mbembe é uma característica colonial que permanece em curso.

De modo geral, é possível dizer que o ensaio de Mbembe evidencia uma estrutura de dominação secular que, longe de ser obsoleta, encontra-se cada vez mais fortalecida e renovada, disfarçada de soberania e manutenção da ordem social, dando ao Estado “autorização” para exercer o direito de matar:

Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto. (Mbembe, 2018, p. 38)

No limiar desta análise, o fator necropolítico que dita as regras e que dita a validade sobre essas vidas é o corpo. Pois é ele que carrega o exercício da soberania. Conforme discorre Mbembe (2018), essa soberania possui a força para violar a proibição de matar. Contudo, ao contrário do que se possa imaginar, a legitimidade de tal força não deriva de um poder bruto avulso e irrestrito. Mas de uma estrutura de regras sistematizadas, que delimitam e direcionam sua aplicação.

A apreensão da realidade, em seu estado mais inquietante, reside na sua materialização por meio de uma estrutura de regras que a própria sociedade, de alguma maneira, é condizente.

A aceitabilidade e o reconhecimento, por parte do corpo social, atuam como uma legitimação da violência soberana. O reflexo desse sistema é mencionado por Kehinde ao refletir: “Quanto sofrimento em vão passam os pretos que não conhecem o destino que será dado a eles, e falo tanto de destino de lugar quanto do destino

de vida” (Gonçalves, 2023, p.497). Quando o corpo social aceita e reconhece formas de violência como uma estrutura de regras a serem seguidas, essas violências deixam de ser vistas como ataque à humanidade para serem percebidas como destino irrevogável.

Consequente a esses fatores, é relevante o destaque para as ramificações sobre esse estado de “mortos-vivos”, cuja defesa acompanha a trajetória de dominação colonial patriarcalista. Esse fenômeno de poder e opressão que demarca e oprime comunidades específicas, evidencia uma dinâmica metódica que visa, centralmente, excluir o direito de existência, com uma manifestação particularmente brutal sobre as mulheres negras.

O fato é que essa aceitabilidade soberana de aniquilar e descartar vidas, um poder inerente às estruturas, não se concretiza apenas pelo extermínio físico, a morte do corpo. Pelo contrário, esse aniquilamento se manifesta igualmente, e talvez de forma mais perigosa, através da morte social. Um estado de marginalização extrema que decidia a descartabilidade da vida, principalmente, a do cidadão negro. Logo, são configurações opressoras que acabam por operar necropolíticas, ou seja, um sistema social de morte que diz quem deve viver e quem deve morrer.

Diante desse poder que exerce controle sobre a vida e sobre a morte, alguns corpos (indígenas, negros, mulheres, favelados) encontram-se mais expostos que outros.

No *Afropessimismo* de Frank B. Wilderson III (2021), professor de estudos afro-americanos, na Universidade da Califórnia, emerge o conceito de “morte social” como uma potência filosófica central. Isso se alinha, em essência, à teoria desenvolvida pelo pensador jamaicano Orlando Patterson, em seu livro *Escravidão e morte social* (1982). Pois são estudos que, quando comparados, complementam-se. Enquanto Patterson apresenta o conceito, Wilderson o expande e o aplica em contextos específicos, resultando em uma elucidação fundamental de uma concepção repleta de especificidades da violência e da exclusão que permeiam a vida da figura negra, sobretudo, na diáspora africana.

É crucial observar que, embora os estudos de Patterson e, por vezes, os de Wilderson possam, a priori, focar de forma predominante na experiência masculina negra, conscientemente ou não, o conceito de morte social que ambos articulam é ampliado e se desenvolve em uma vasta área de desumanização. Para Wilderson, a morte social não é uma metáfora, mas uma condição concreta e existencial.

Argumenta-se, pois, que essa não é uma marginalização análoga de outras formas de opressão, mas uma condição ontológica, ou seja, uma forma de existir no mundo em que os indivíduos negros são designados a uma posição sistemática de anulação da subjetividade. A exemplo da protagonista que,

Os pretos já não eram mais castigados ali, por causa de um novo pelourinho construído no Campo da Pólvora ou no Campo do Barbalho, já não me lembro, mais afastado e discreto. Mas eram revoltantes as histórias que contavam sobre aquele lugar, sobre como os castigos dos pretos eram transformados em espetáculos assistidos por uma platéia que aplaudia os carrascos mais cruéis e pedia mais chibatadas quando achava que o preto ainda agüentava, mesmo que já tivesse cumprido a pena. Eram grandes os casarões do Pelourinho, todos com muitas janelas e sacadas, onde as famílias se reuniam para assistir aos castigos, como em um teatro. (Gonçalves, 2023, p. 309)

Portanto, tal qual Kehinde, o corpo negro é concebido como não-sujeito, o que o torna suscetível às violações de humanidade, de forma a serem expostos a uma soberania de extermínio existencial.

Esse tipo de violência pode acontecer com um ser senciente em duas circunstâncias: uma pessoa que violou a lei (...) ou a uma pessoa escravizada, o que equivale a dizer, não há pré-requisitos necessários para que aconteça um ato de brutalidade. Não existe antagonismo como o antagonismo entre o povo negro e o mundo. Esse antagonismo é a essência daquilo que Orlando Patterson chama de "morte social" (...). É o conhecimento e a experiência dos acontecimentos do dia a dia, em que o mundo lhe diz que você é necessário, necessário como destino de sua agressividade e renovação (Wilderson, 2021, p. 52).

No trecho destacado, concorre para mostrar que há a colisão de uma mesma perspectiva, compartilhada por ambos e mencionada por Wilderson quando destaca o conceito criado por Orlando Patterson. Nesse contexto, a morte social não implica apenas ausências, mas a instrumentalização constante do corpo e da vida do negro. Sobre isso, diz o autor que não é um desvio de sistema, mas a sustentação da própria estrutura que desumaniza o negro e que, de certa forma, permite ao mundo manter-se e redefinir-se.

Tais violações, construídas e propagadas por um pacto de branquitude⁷, moldam o conceito de individualidade e acabam ocasionando grandes conflitos de identidade, levando o sujeito negro a internalizar uma percepção de si, em um viés de inferioridade. Como aborda a produção de Frantz Fanon, psiquiatra e pensador martinicano, em seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, publicada em 1952, o cidadão negro:

⁷ "Branquitude", no contexto de Neusa Santos Souza, refere-se à condição social e psicológica dos indivíduos brancos, com foco em como essa condição influencia as relações raciais e a perpetuação do racismo.

Nas Antilhas, o jovem negro, que na escola repete incessantemente “nossos pais, os gauleses”, identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca. Há identificação, ou seja, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de branco. [...] Subjetivamente, intelectualmente, o antilhano se comporta como um branco. Mas ele é um negro. Isso ele perceberá ao chegar à Europa, e, quando falarem de negros, ele saberá que se trata dele tanto quanto do senegalês (Fanon, 2023, p. 163).

A obra de Fanon propõe uma perspectiva sobre impacto psicológico advindo do sistema colonial e do marcador racial, cuja ideia é mostrar como ambos resultaram em uma absorção racializada do ódio. Ao mesmo tempo em que tal pensamento teórico serve para mostrar com o sujeito negro, vivendo sob um racismo estrutural, é obrigado a adotar uma máscara branca, como mecanismo de de aceitabilidade, dentro de uma sociedade que possui profundas raízes colonialista. Levando o sujeito negro, muitas vezes, a adotar uma “mascara branca” como mecanismo de aceitabilidade dentro de uma sociedade colonialista.

E embora seus estudos ofereçam um aporte teórico crucial para a análise de representações de corpos negros, na literatura e em outros campos investigativos, ainda há uma lacuna a ser explorada em todas as análises teóricas expostas até o momento; isto é, a figura feminina negra.

É preciso, então, considerar que os argumentos previamente expostos ao centralizarem o sistema de subjugação do sujeito negro, podem inadvertidamente ofuscar uma problemática ainda mais delicada; a dupla exclusão da mulher negra. Esse fenômeno de dupla exclusão é teorizado por bell hooks (2019), ao dizer que o não-lugar é destinado às mulheres negras. *E eu não sou uma mulher? (Ain't I a Woman?)*:

Quando o povo negro é falado a tendência é focada nos homens negros; e quando as mulheres são faladas a tendência recai sobre as mulheres brancas (...) a palavra homens de facto refere-se apenas aos homens brancos, a palavra negros refere-se apenas aos homens negros e a palavra mulheres refere-se apenas às mulheres brancas. (hooks, 2019, p. 11/12)

Ao serem invisibilizadas, tanto nas discussões sobre negritude quanto sobre feminilidade, as mulheres negras acabam experienciando uma dupla morte social, que as posiciona em uma encruzilhada de ausência e silenciamento. Sua vivência particular de violações, infelizmente, é quase nula no rol das análises colonialistas, e até mesmo nas raciais. Essa nulidade nos permite retomar aos estudos de Mbembe (2018), ao argumentar que a necropolítica se manifesta estrategicamente em contextos pós-coloniais, e em estados de exceção, onde a vida de certos grupos é tornada descartável.

Isso porque, segundo Mbembe, as “zonas de morte” são criações onde o poder de matar ou expor à morte se torna a forma dominante de exercício da soberania. Não se trata de deixar que morram essas mulheres, mas do fazer morrer, seja por violência direta ou condições de vida insustentáveis. Pois, infelizmente, se o homem negro se encontra em uma condição de morte social, a mulher negra vivencia uma ausência e aniquilamento ainda mais profunda, decorrentes, primariamente, das intersecções de raça e gênero.

Portanto, assim como na obra: “Ele passou a mão pelo meu rosto e disse que o sinhô estava certo, que ele não era nada bobo de misturar uma preta tão bonitinha com o resto dos escravos, correndo o risco de ela ser inaugurada por qualquer um (Gonçalves, 2023, p.152). Sua morte social é, portanto, sempre composta de uma duplicidade de atravessamentos coloniais e patriarcais, como copro negro, passível de devastação, e como corpo feminino racializado a ser submetido a subjugações e explorações específicas. Reconhecer essas duplas violações é elemental para desvelar a complexidade da soberania necropolítica acerca das ausências enfrentadas por essas vidas femininas.

2. A ANALÍTICA INTERSECCIONAL DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE

É fundamental que se reconheça que a concepção de interseccionalidade surgiu da necessidade de resgatar indivíduos e grupos submetidos a ocuparem as lacunas da exclusão de um sistema discriminatório e negligente. Tal ferramenta analítica foi pensada a partir das lutas e teorizações do movimento feminista negro, cujas as experiências e reivindicações não eram plenamente contempladas pelo feminismo branco, tampouco pelo movimento antirracista, que rigorosamente tem como foco os homens negros (Akotirene, 2019).

Quando se pesquisa sobre interseccionalidade atualmente, somos direcionados a uma quantidade significativa de análises e estudos abrangentes. Contudo, é inegável que parte desses estudos está se construindo a partir de um certo modismo acadêmico, optando por relacionar as encruzilhadas interseccionais a uma minoria social sem rosto, sem nome, indivíduos relatados apenas como um termo associado a outro.

Abordagens pautadas a partir dessa universalização identitária frequentemente questionam a condição de vítima, atribuindo os desdobramentos de

suas experiências a uma escolha meramente individual, o que acaba violando um dos pontos cruciais da abordagem interseccional, a prioridade de socorrer com um olhar voltado para as humanidades.

A partir do momento que se questiona a vítima sobre a gravidade dos seus ferimentos e, concomitantemente, impõe que se erga a qualquer custo, o que culmina é um diagnóstico eurocêntrico ativo disfarçado de investigações inclusivas. Esse diagnóstico focaliza o olhar para a cor, priorizando um problema inerente ao corpo, em detrimento da investigação sobre o impacto das cicatrizes e suas complexidades,

Sentada na areia, fiquei olhando o mar e chorando todas aquelas mortes que pareciam estar dentro de mim, ocupando tanto espaço que não me deixavam sentir mais nada. Os olhos ardiam com as lágrimas salgadas, como se fossem mar também, e senti uma solidão do tamanho dele, do tamanho da viagem da África até o Brasil, do tamanho do sorriso da minha mãe quando estava dançando, do tamanho da força com que a Taiwo segurava a minha mão enquanto observávamos o nózinho de sangue do Kokumo (Gonçalves, 2023, p.101)

O choro no mar, as lágrimas que carregam devastação, não são apenas manifestação de dor, mas de atos de internalização e processamento de um trauma coletivo. Camadas com essa profundidade são, portanto, pilares indispensáveis para uma análise que se volte para o Sujeito em sua plenitude, distanciando-se da visão que se reduz a um “Outro” objetificado.

Em contrapartida a essa estrutura metodológica, a pesquisadora Carla Akotirene nos apresenta em seu escrito, *Interseccionalidade: feminismos plurais* (2019), um manual sobre uma abordagem interseccional imbuída de sensibilidade analítica:

De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é, simultaneamente, a maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder, não sendo exclusiva para mulheres negras, mesmo porque as mulheres não-negras devem pensar de modo articulado suas experiências identitárias. Ademais, transexuais, travestis e queers estão incorporados à perspectiva da autora (Crenshaw, 2018, *Apud* Akotirene, 2019, p. 67).

A sua contribuição teórica opera uma elucidação crítica e desconstrutiva às ideologias que aprisionam o pensamento em uma cosmovisão ocidental, pensada apenas em categorizar um coletivo. A finalidade é apresentar uma compreensão de mundo orientada para as humanidades e suas subjetividades.

E é a partir desse olhar voltado para sensibilidade que se deve abordar os acidentes ocasionados no cruzamento de raça, gênero e sexualidade. A teórica Kimberlé Crenshaw cunhou o termo “interseccionalidade” em 1989, no contexto do

movimento de mulheres negras nos Estados Unidos. Crenshaw, uma proeminente estudiosa da teoria crítica racial, discorre sobre a naturalização do racismo como um fenômeno profundamente enraizado por instituições e sistemas legais. Uma abordagem neocolonial que implica o racismo como um método independente que repercute sobre a vida de pessoas pretas.

Em um contexto global, é um marcador social gerado historicamente para normalizar hierarquias e desigualdades, postas como uma base triangular responsável por uma parte significativa da sustentabilidade da soberania, o que acaba sendo um mecanismo de separabilidade universal eficiente.

Tais definições metodológicas, quando analisadas de maneira isolada, nos levam a cometer algumas exclusões graves. Quando se trata de pensar sobre o racismo, em um primeiro momento, inconsciente ou não, a imagem predominante em nosso imaginário tende a ser uma figura masculina. Essa não é uma ocorrência a esmo; pelo contrário, foi se construindo essas lacunas como uma via ainda mais potente de dominação direcionada às mulheres de cor.

Nesse esquema hierárquico, enquanto o homem negro ocupa uma posição de inferioridade em relação ao homem branco e à mulher branca, a mulher negra nem sequer pertence a uma classe, sendo relegada a um “não-lugar”, posiocionando-se abaixo de todos. Isso denota que, apesar do homem negro também ser subjugado pelo conceito de raça, ele pode, ainda sim, exercer um status de opressão de gênero sobre a mulher negra. Tantos atravessamentos originam-se de uma dupla escravização histórica, que atualmente implica em duplas vulnerabilidades e subordinações, ressaltado por Kehinde quando cita que “Afim de contas, as pretas serviam para que os brancos satisfizessem os desejos carnisais, como a Claudina e a Adeola tinham dito, e raramente eram boas o bastante para chegarem a esposas. (Gonçalves, 2023, p. 356)”

Essa dinâmica revela a simultaneidade interseccional de raça, gênero e sexualidade na constituição da figura negra feminina. Uma concepção que pode ser elucidada novamente através de Kehinde em umas das passagens narrativas mais viscerais ocorridas no subcapítulo nomeado “A posse” :

O sinhô José Carlos perguntou se eu achava que ia conseguir escapar e nada respondi, nem mesmo olhei para ele, porque eu achava que sim, que depois do acontecido ele não ia mais insistir. Mas, além disso, da insistência, ele conseguiu ser muito mais vingativo do que eu poderia imaginar, ao entrar no quarto e dizer que a virgindade das pretas que ele comprava pertencia a ele, e que não seria um preto sujo qualquer metido a

valentão que iria privá-lo desse direito, que este tipo de preto ele bem sabia o tratamento de que era merecedor (...) Eu queria morrer, mas continuava mais viva que nunca, sentindo a dor do corte na boca, o peso do corpo do sinhô José Carlos sobre o meu e os movimentos do membro dele dentro da minha racha, que mais pareciam chibatadas. (Gonçalves, 2023, p. 170-171)

O trecho culmina a experiência dilacerante de atravessamentos vivida por Kehinde ainda em sua condição de escrava, onde a dor física se mistura ao desespero existencial.

As violações interseccionais de raça, gênero e sexualidade se sobrepõem de forma evidente dentro da soberania brutal exercida pelo, até então, proprietário da personagem. Ao destacar “que a virgindade das pretas que ele comprava a ele pertencia”, José Carlos não apenas reafirma o controle sobre a vida e a força de trabalho de Kehinde, como, de forma ainda mais incisiva, apropria-se do seu corpo, ratificando-o como posse absoluta. A ocupação do corpo da mulher negra, durante a escravidão, não foi apenas física (no trabalho forçado, nas violências sexuais e nas condições desumanas), mas também simbólica e social, as relegando a uma posição de vulnerabilidade e subordinação.

Akotirene reitera essas articulações afirmando que “a política sexual⁸ sob o patriarcado é tão onipresente nas vidas das mulheres negras, quanto às políticas de classe e raça” (2019, p. 19).

A ideia de que a raça pode ser construída de maneira autônoma é, na verdade, ilusória, forjada em intenções de proteger e reforçar o sistema opressor. Se optarmos por analisar de maneira aprofundada e atenta às construções de poder, passaremos a notar que seu funcionamento se solidifica justamente dentro das intersecções. E, intrincados a esse cruzamento, se materializam os marcadores de gênero e sexualidade, que por vezes passam a se fundirem a uma marcação única.

Essa inseparabilidade estrutural transmuda-se no racismo e se constrói em detrimento de um sistema de papéis e expectativas sociais, advindos da exploração escravagista, que, para a mulher preta, se materializa frequentemente na exigência de ser serva em seu papel de mãe, provedora em seu papel de trabalho e sexualizada em seu papel de mulher. bell hooks (2019) crítica como o “mito da matriarca” no tocante à desumanização das mulheres negras:

⁸ A política sexual é um termo popularizado pela feminista Kate Millett em sua obra seminal *Sexual Politics* (1970). Ela argumenta que as relações sexuais e de gênero não são meramente pessoais ou biológicas, mas profundamente políticas, pois refletem e reforçam as estruturas de poder existentes. Millett desafia a ideia de que o “sexo” acontece em um vácuo, mostrando como ele está inserido em um contexto mais amplo de dominação e controle.

Em anos mais recentes a rotulação das mulheres negras como matriarcas emergiu como outra tentativa da estrutura de poder dos homens brancos em elencar as contribuições positivas das mulheres negras numa luz negativa. Todos os estereótipos negativos usados para caracterizar as mulheres negras eram anti-mulher. Como a ideologia sexista foi aceita pelo povo negro, esses mitos negativos e estereótipos efetivamente transcenderam as fronteiras de classe e da raça e afetaram a forma como as mulheres negras foram percebidas pelos membros da sua própria raça e a forma como elas se autoperceberam. (hooks, 2019, p.79)

É notável que, nos aspectos narrativos abordados por Ana Maria Gonçalves, Kehinde se ergue como a própria manifestação da desconstrução do arquétipo de mãe e esposa submissa destacado por bell hooks. Embora tenha vindo a se tornar mãe, sua história jamais se delimitou a essa única dimensão. Kehinde se permitiu vivenciar a maternidade na mesma intensidade em que se permitiu ser mulher, plena em seus desejos e ambições, sem ao menos cogitar ceder sua independência a um homem,

Preferia tomar a frente dos negócios ali, não deixando tudo sob a responsabilidade dele, pois me sentiria mais segura. A convivência com o seu pai tinha provado que eu estava certa quanto a não ficar na dependência de homem algum (Gonçalves, 2023, p.767).

Sua trajetória ressalta a força de uma individualidade que transcende as expectativas sociais, afirmando uma autonomia irrenunciável.

Considerando essa desconstrução de estereótipos herdados do colonialismo patriarcal, a autora e filósofa argentina Maria Lugones, em sua passagem pelo livro *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (2014), propõe em seus textos a construção de um feminismo de resistência à dominação. Trata-se de um feminismo epistemológico que seja edificado por mulheres que ocupam esse “não-lugar” dentro dessas zonas de “anti-mulher”.

A imposição colonial de gênero passa por questões de ecologia, economia, governança, relações com o mundo espiritual, e conhecimento, bem como por práticas diárias que nos habitam com o cuidado com o mundo ou com sua destruição” (Lugones, 2014, p. 935).

A autora, fundamentando-se nas concepções de Aníbal Quijano, argumentando que o sistema de poder colonial-capitalista global, durante o período da colonização, percebeu nas diferenças culturais, políticas, econômicas e religiosas uma riqueza complexa que não deveria ter sido apagada ou substituída, mas sim entendida e posta em diálogo (Menegon, 2016). Assim, a autora defende que, ao reconhecer as diferenças coloniais e compreender a existência de uma colonialidade de gênero, abre-se caminho para a emancipação feminista das mulheres de cor.

Para tal, é fundamental pensar a partir das margens da colonização, a fim de estabelecer um feminismo decolonial.

Ato que se concretiza através de narrativas como a de Gonçalves, que evoca Kehinde, uma personagem carregada de subjetividades, em uma travessia de águas históricas e memórias ancestrais em regaste da sua identidade.

A personagem reflete sobre essa condição de deslocamento que espelha a experiência diaspórica e a incessante busca por pertencimento quando cita que sempre teve “a sensação de ser sempre uma viajante, por causa de tantos lugares que conheceu sem adotar nenhum em definitivo” (Gonçalves, 2023, p.710). Soa como uma metáfora para os estudos decoloniais feministas enquanto pesquisa em curso, navegando sobre fronteiras Atlânticas em busca de ancorar sua liberdade existencial.

E isso só é possível por meio do reconhecimento das Avenidas Identitárias⁹ através da instrumentalidade analítica interseccional criada pelo feminismo negro. Apesar das metodologias de desumanização que historicamente criaram muros de isolamento em torno dessas figuras femininas, essas mulheres forjaram suas próprias ferramentas de libertação. Este processo foi e continua sendo construído não apenas pelo viés de resistência, mesmo que haja certa inevitabilidade diante da ausência de outras escolhas senão a luta, mas, crucialmente pela resiliência e memória. Não se trata, portanto, de um mero “objeto de estudo” ou de uma busca por legitimação. Consiste no reconhecimento de um sujeito que, em sua própria existência, já é intrinsecamente legítimo.

2.1 Kehinde: Um olhar para a rebeldia

Tradicionalmente, a história tem instituído como instrumentos de manipulação social o ato de invisibilizar e/ou propagar representações estereotipadas da figura feminina negra. Esse dado ocasiona lacunas significativas sobre identidades negras, ao mesmo tempo em que isenta o reconhecimento da experiência subjetiva do cidadão negro. Pois a ausência histórica, a marginalização e a interseccionalidade das opressões dificultam significativamente a construção de identidades sólidas,

⁹ Conceito formulado por Akotirene (2019, p.14) para explicar o estado em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

assim como o encontro de representações que reflitam a diversidade e a complexidade de suas vivências.

Isso implica na construção de um método voltado para as sensibilidades em relação às abordagens sobre a degradação das mulheres de cor. Portanto, é necessário evitar a revitalização de estereótipos negativos e a fetichização da dor, a considerar que a exploração sensacionalista do sofrimento e a descontextualização temporal podem resultar na culpabilização individual e na negação do racismo estrutural.

Para evitar esses mecanismos universalizados é fundamental adotar uma abordagem sensível e consciente, que priorize as vozes e perspectivas das mulheres negras de maneira a abordar suas complexidades internas.

Sobre isso, citamos aqui a representação da personagem

Eu precisava tomar meu lugar no canto, mas, para falar a verdade, estava com vergonha de vender comida, pois já tinha feito coisas muito mais importantes e rentáveis. Não queria ficar transportando tabuleiros e armando fogareiros, mas hoje até me envergonho de tal pensamento. Eu, que sempre quis ser justa, que não aceitei ser escrava porque sempre achei que um branco não podia me tratar como se fosse superior, estava me julgando melhor do que as pretas que trabalhavam de maneira humilde. (Gonçalves, 2023, p.680)

Kehinde, ao externalizar seus anseios, abre espaço para que possamos visualizar a evolução da sua própria perspectiva, além de contextualizar a opressão em um estado que exige um constante autoquestionamento. Desse modo, elucida-se a complexidade da subjetividade negra feminina de forma elaborada e, por vezes, desconfortável.

Dentro da metodologia interseccional, se propõe a desconstrução de estereótipos que geram subalternidades, demonstrada através do primeiro contato de Kehinde com o espelho, um objeto que, até então, servia para reforçar a associação entre beleza e brancura,

(...) e o que eu mais gostei, um espelho. Desde que me olhei nele pela primeira vez, não consegui passar um único dia sem voltar a fazê-lo sempre que surgia uma oportunidade. A Esméria parou na frente dele e me chamou, disse para eu fechar os olhos e imaginar como eu era, com o que me parecia, e depois podia abrir os olhos e o espelho me diria se o que eu tinha imaginado era verdade ou mentira. Eu sabia que tinha a pele escura e o cabelo duro e escuro, mas me imaginava parecida com a sinhazinha. (Gonçalves, 2023, p.84)

Essa desconstrução, ao ser ressignificada, oferece um contexto histórico social adequado que prioriza fundamentalmente aspectos plurais e subjetivos.

E assim foi até o dia em que comecei a me achar bonita também, pensando

de um modo diferente e percebendo o quanto era parecida com a minha mãe. O espelho passou a ser diversão, e eu ficava longo tempo na frente dele, fazendo caretas e vendo a minha imagem repeti-las(...) (Gonçalves, 2023, p.84)

A transfiguração do espelho, um objeto que antes refletia uma confusão identitária, acaba se tornando uma ferramenta para alcançar a verdadeira percepção de si como sujeito legítimo.

Sob essa perspectiva, escolhemos para análise do romance *Um Defeito de Cor*, a abordagem interseccional para explorar no enredo as estruturas racismo, gênero, classe e sexualidade, marcando uma compreensão honesta das experiências atribuídas às mulheres negras.

Conforme Aktotirene,

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas, impostas a preconceitos, as subordinações de gênero, classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (Aktotirene 2019, p. 24),

Desse modo, a interseccionalidade abre espaço para que personagens, como Kehinde, possam metodologicamente construir a própria (re)significação.

Eu sempre tive medo da inveja, mas era um medo misturado com orgulho, porque ter nascido preta não me impediu de conseguir muitas coisas com as quais alguns brancos nem ousavam sonhar. Eu fui melhor do que muitos deles, embora não gostassem de reconhecer isso. (Gonçalves, 2023, p.711)

A escolha narrativa de Ana Maria Gonçalves em priorizar a perspectiva da escravidão através de uma figura feminina, em detrimento do sujeito masculino predominantemente retratado na historiografia universalizada, constitui um ato de reivindicação epistemológica. Ao abrir espaço para que Kehinde fale como mulher, negra, escravizada e, posteriormente, liberta por seus próprios méritos, a autora não apenas preenche uma lacuna, mas disputa um lugar que foi sistematicamente negado e propositalmente suprimido da memória e da construção histórica.

Mas eu preferia chegar daquele jeito mesmo, bem suja para que os brancos não quisessem nos fazer de carneiros. Carneiros de verdade eram limpos. E também para que não nos quisessem de presente, nem a mim nem à Taiwo, pois eu não gostava da idéia de dar sorte para gente que tratava gente pior do que se trata carneiro (Gonçalves, 2023, p. 53)

Kehinde tinha por volta de seis (quase sete) anos quando foi capturada em Uidá, após sua mãe e seu irmão serem mortos brutalmente em Savalu, sua cidade natal. Apesar da tenra idade, ela já demonstrava uma percepção aguçada da realidade que a cercava. A sua sagacidade é notável através da analogia articulada

entre seu próprio valor e a de um carneiro para um homem branco, revelando precocemente como ela já se percebia no mundo e sua assimilação da lógica opressora que a aguardava. Tal perspicácia, usualmente, tornaria-se sua arma de defesa e sobrevivência.

Olhando para um deles, que tinha tombado perto de mim, o corpo caído de costas e se debatendo, meu peito foi ficando apertado com a visão do riozinho de sangue, ao mesmo tempo em que nascia uma revolta muito grande pela nossa condição. Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha que fazer alguma coisa, pelos meus mortos, por todos os mortos dos que estavam ali, por todos nós, que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, nada mais (Gonçalves, 2023, p.144)

A protagonista vivenciou intensos estágios desintegradores de humanidade; iniciando-se pela a exposição precoce do seu corpo infantil a travessia diaspórica do Atlântico, imposto pelo tráfico negreiro. A autora descreve isso ao relatar que “vistos do alto, devíamos estar parecendo um imenso tapete, deitados no chão sem que houvesse espaço entre um corpo e outro, um imenso tapete preto de pele de carneiro (Gonçalves, 2023, p.47)”.

Subsequente a isso, quando foi oferecida como mero “brinquedo” à filha do senhor que a adquiriu, a vida de Kehinde foi gradualmente sendo reduzida à objetificação corporificada. Essa coisificação já havia ocorrido quando Kehinde associou-se a um carneiro em abate, e ocorreu também quando a personagem é exposta a violências sexuais, praticadas pelo proprietário de sua posse. Sujeito que se utiliza do estupro como método de reafirmação de soberania sobre a existência da mulher negra:

O sinhô José Carlos perguntou se eu achava que ia conseguir escapar e nada respondi, nem mesmo olhei para ele, porque eu achava que sim, que depois do acontecido ele não ia mais insistir. Mas, além disso, da insistência, ele conseguiu ser muito mais vingativo do que eu poderia imaginar, ao entrar no quarto e dizer que a virgindade das pretas que ele comprava pertencia a ele (Gonçalves, 2023, p. 170)

Desse modo, Kehinde passa, durante seu processo de crescimento, a constituir a sua identidade negra brasileira. Essa identidade se constrói a partir do sentimento de revolta que se formou após testemunhar múltiplas mortes que atravessaram sua vida. Kehinde discerniu sua própria existência como uma forma ainda mais devastadora de perda. Essa percepção catalisou a emergência de pequenos atos de rebeldia, concebidos como estratégia para desafiar o destino de sofrimento que lhe foi causado.

Dentro das possibilidades, esses movimentos realizados pela protagonista

contestam o sistema colonialista patriarcal, de forma a incentivá-la a procurar meios de resistência; quer fosse de forma discreta ou através de rebeliões. Isso é perceptível desde o seu primeiro momento ancorado no Brasil, quando se recusa a ser batizada, ao fugir da cerimônia.

Ao assumir comportamentos subversivos, Kehinde apresenta altivez, insubmissão e inconformidade com a sua condição de ser situada como escrava.

(...) e era melhor nos conformarmos com a vida do jeito que estava. Mesmo porque, segundo ela, o nosso dono nem era tão mau assim, sabia-se de muitos bem piores, e na fazenda pelo menos tínhamos comida e onde dormir, sendo que muitos que chegavam de África nem isso tinham por lá. Eu não concordava com ela, não achava que devíamos nos conformar, mas também sabia que não havia muita coisa a fazer. (Gonçalves, 2023, p.122)

Esse discurso revela, mesmo com sutileza, um ceticismo velado em relação às hierarquias de poder da época. Contudo, o seu maior ato de insolência, contra os padrões coloniais, se deu pela aquisição da leitura e escrita, o que se tornou um recurso fundamental de sua transição para a condição de escrava de ganho¹⁰. Através de cooperativas de crédito, no intuito de comprar cartas de alforria, Kehinde deu os primeiros passos rumo à sua liberdade e, não obstante, à liberdade de sua comunidade. Por si só, esse gesto representa uma revolução:

O dinheiro arrecadado beneficiava todo mundo; um a um, eles tinham suas cartas de alforria compradas pela cooperativa, que os libertava em troca de continuarem contribuindo depois de livre. Fiquei maravilhada com aquela ideia e querendo saber como eu também poderia participar, para um dia obter a minha liberdade e a do Banjokô. (Gonçalves, 2023, p. 239)

Nessa perspectiva, suas ações não tinham intenções individuais e sim coletivas. A identidade da personagem se forma em prol de um bem comum que luta reconhecimento e liberdade de uma raça que foi posta, economicamente, como escrava. A luta da personagem é uma luta coletiva tendo em vista que tinha como mira o compartilhamento de uma luta em conjunto, a liberdade.

Movida por sua profunda inconformidade com todo o sistema que regia o valor de suas vidas, engajou-se ativamente na revolta dos Malês. Todavia, apesar de sua inclinação estar habituada a meios mais pacíficos, a sua decisão de participar de forma ativa da luta é um reflexo do seu compromisso inabalável com a liberdade e a justiça social para o seu povo.

A esse respeito,

¹⁰ Escravo de ganho ou negro de ganho era o nome dado, no Brasil, aos escravos urbanos que exerciam um trabalho e repassava parte de seus ganhos a seus donos. Este estipulava uma cota mínima em dinheiro a lhe ser entregue pelo escravo como resultado de seu trabalho diário.

Um de nós que destoasse, que afrontasse mesmo sem ter essa intenção, seria castigado e tratado com toda a raiva acumulada. Mas era o que dava vontade de fazer, pois eu percebia que em nós a raiva era ainda maior, era imensamente maior que a distância do Brasil até a África, algo que pelo qual nem valia a pena se rebelar e descontar apenas naqueles brancos que estavam na nossa frente, armados e com seus capangas, entre os quais havia inclusive alguns que já tinham sido escravos e que, depois de forros, se faziam de maiores. (Gonçalves, 2020, p.148)

Todos esses embates surgiram por necessidade de defesa e/ou proteção de si e de suas comunidades. Nesse sentido, a fala de Gonçalves (2020) ao destacar a agência dessas figuras femininas em papéis de liderança econômica e social, é desafiar narrativas históricas que propagaram a passividade de mulheres negras nas mobilizações por direitos, e lutas pela liberdade.

Em uma entrevista na qual fala sobre a significância desse poder de agência das mulheres negras. Poder esse que não é divulgado nos tópicos coloniais, Gonçalves fala:

E no fundo realmente sempre foram as mulheres (negras) que tiveram ali por trás costurando, não só o tecido, mas costurando também uma tentativa de saída. Foram as mulheres, se você pensar em um contexto de escravidão em Salvador, foram as mulheres negras que eram as únicas visíveis na cidade, trabalhando ali como escravas de ganho ou como negras livres. Elas que montavam e moviam a economia da cidade. Eram elas que montavam as irmandades de escravos, de escravizados em busca de liberdade, eram elas que compravam as cartas de alforria para conceder liberdade. E esse papel nunca foi valorizado na sociedade brasileira. (Gonçalves, 2023, transcrição própria, Roda Viva - Youtube)

Devemos destacar que essas irmandades funcionavam como espaços religiosos e de amparo mútuo, redes significativas de solidariedade, cultura e resistência para a comunidade negra. Logo, elas foram e continuam sendo um meio de constituição de instrumento de identidade e solidariedade coletivas. Nesse aspecto, Akotirene (2019) reafirma, em suas análises pautadas na interseccionalidade, o lugar que as mulheres negras sempre ocuparam dentro das causas sociais coletivas e individuais. Mulheres que, sendo subjugadas, construíram identidades sociais no interior de uma sociedade opressora. E que, desse modo, desenvolveram ação e pensamento críticos que se opuseram diretamente à ordem patriarcal, racista e capitalista.

Notemos que mulheres negras, na condição de Outro, propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma convivência subjetiva com a dominação masculina. As mulheres negras escolheram lutar pelo sufrágio e pela abolição, defenderam os homens negros e as companheiras brancas, reconhecendo que, quer seja descrito, quer seja analítico, isolado de outras categorias de análise, o marcador gênero explica as violências sofridas por mulheres

brancas, bem como a categoria raça explica o racismo imposto aos homens negros. (Akotirene, 2019, p. 24)

Tendo em pauta essas dinâmicas organizacionais dentro da narrativa de *Um Defeito de Cor*, destaca-se o olhar para a rebeldia que sempre esteve na composição de Kehinde, em todas as suas decisões como mulher, mãe, escrava e liberta. Em meio a múltiplos eventos vivenciados, a personagem deixa transbordar em suas angústias, certezas, desejos e apreensões a intrínseca complexidade de ser uma mulher negra, em um período de colonização. Contudo, nenhum dos obstáculos sofridos - sendo a perda do filho o maior de todos - a impediu de conseguir sua liberdade, ainda que de forma parcial.

Todavia, a ausência do filho, de certa forma, a mantinha cativa a um persistente sentimento de fracasso materno, entrando abertamente em conflito com o que bell hooks (2019) nomeia de propagação do mito matriarcal como mecanismo de controle:

Esses homens que aceitaram o mito de que as mulheres negras eram matriarcais olharam as mulheres negras como uma ameaça ao seu poder pessoal. Tal pensamento não é de todo peculiar dos homens negros. A maior parte dos homens da sociedade patriarcal temeram e ressentiram-se com as mulheres que não assumiram os papéis tradicionais passivos. Mudando a responsabilidade pelo desemprego dos homens negros para as mulheres negras e afastando-as de si mesmos, os opressores racistas brancos foram capazes de estabelecer uma ligação de solidariedade com os homens negros baseada no sexismo mútuo. (hooks, 2019, p. 89)

Todos os termos de maternidade compulsória associado às mulheres de cor são postos em questionamento dentro do comportamento de Kehinde, especialmente em seu retorno à África, quando se torna mãe de gêmeos (ibejis). Ao experimentar novamente a maternidade, Kehinde não se confina singularmente a esse papel. Longe disso, a chegada dos ibejis a impulsiona a estabelecer um novo empreendimento.

Esse negócio, assim como as suas tentativas realizadas no Brasil, prospera, solidificando sua ascensão social e consolidando-a como uma figura respeitada por toda sua comunidade. A personagem, portanto, nunca foi reduzida unicamente pelo viés materno ou pela condição de servidão. Sua trajetória é marcada por uma incessante busca e valorização da autonomia e independência econômica e, até mesmo, amorosa.

Queria que as crianças nascessem logo para poder cuidar da vida, conversar com as pessoas certas e começar a fazer negócios, que era do que eu gostava. Pensava também na casa que queria construir e para a qual provavelmente logo teríamos o dinheiro, se soubéssemos economizar.

(Gonçalves, 2023, p. 765)

Sua capacidade de prosperar socialmente, mesmo em um contexto de maternidade, reconhece que o papel das mulheres de cor é manifestado em múltiplas dimensões, e redefinem as narrativas de subalternidade. Ao escolher ouvir sobre a perspectiva do sujeito feminino negro gera-se um rompimento com correntes coloniais e patriarcalistas, acerca das produções de saberes históricos, culturais e intelectuais. Isso ocasiona, de forma metodológica, uma decolonização do saber. Podendo assim, contribuir-se para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconheça e valorize a diversidade, e a complexidade de suas experiências.

3. A PERSPECTIVA DA SUBJETIVIDADE

Encara-se a subjetividade muitas vezes em uma visão tradicional, normalmente associada ao pensamento ocidental, como algo a ser construído em uma relação de sujeito-objeto. Ou seja, o sujeito se define em oposição ou relação ao objeto, sugerindo um “não-eu” que podem estar relacionados ao mundo exterior, a subjetividade, por vezes, é recepcionada como algo separada do corpo. Nesse viés, em uma posição de autonomia e independência, o sujeito é pensado sem vontade própria. Logo, a partir de uma visão limitada, o sujeito é tido como um ser que não interage com o mundo “lá fora”.

No entanto, o que nos interessa observar é que a verdadeira subjetividade emerge do interior de uma relação intersubjetiva, isto é, o sujeito é fundamentalmente moldado e construído na interação genuína com outros sujeitos. Em efeito prático, a nossa consciência de quem somos se desenvolve e se transforma constantemente por meio do diálogo, do reconhecimento, da relação com outras pessoas e com a sociedade.

Contudo, quando se limita pensar a subjetividade como particularidade do sujeito, se perde a autonomia humana e, de modo singular, a noção de sujeito, quando a relacionamos de um ponto de vista sujeito-objeto, ou seja, quando situa-se o indivíduo como um mero objeto da ciência objetiva.

A mesma ideia se aplica à experiência da mulher negra quando posta na posição de sujeito-objeto. Nessas condições, esse sujeito feminino negro fica

separado de interação social construtiva, ou seja, é um corpo colocado à margem (isolado), até que ocorra o processo de apagamento, gerando, assim, a ausência.

Muitos estudos e pesquisas preconizam a percepção adequada da própria experiência e existência subjetiva, como condição para a mudança e autonomia de si. A exclusão sistemática das mulheres de cor, seja pela escravidão, pela interseccionalidade do racismo estrutural ou pela imposição de estereótipos visa justamente impedir e distorcer essa autopercepção. Nisso resulta dizer o psicólogo e filósofo martinicano Frantz Fanon (2020), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que o indivíduo negro é compelido “a colocar máscaras brancas” para que seja aceito. Logo, ele é obrigado, socialmente, a adotar valores, linguagem, comportamentos e cultura do colonizador branco, em uma tentativa de ser validado e reconhecido como “Alguém” e não como o “Outro”.

Em busca dessa brancura, seja ela simbólica ou literal, o sujeito negro é adoecido a uma profunda alienação da percepção de si mesmo, e da própria identidade e origem.

(...) o negro escravo de sua inferioridade, o branco escravo de sua superioridade, ambos se comportam em função de uma linha mestra neurótica. Com isso, fomos levados a considerar a sua alienação tendo como referência as descrições psicanalíticas. Em seu comportamento, o negro se aproxima de um tipo neurótico obsessivo ou, melhor dizendo, ele se encontra em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir da sua individualidade, de anular a sua presença. Sempre que um homem de cor protesta, existe alienação. Sempre que um homem de cor rejeita, existe alienação. (Fanon, 2020, p.54)

Apesar de Fanon cometer um grave equívoco ao universalizar sua teoria somente a perspectiva masculina, tendo o sujeito do seu livro apenas o homem negro, a sua linguagem ainda é brilhantemente pertinente ao contestar esse estado de alienação que evoca a perda individual, e, até mesmo, existencial da figura negra em interação com o mundo, no qual o fator colonial é o provedor dessa neurose sistematizada.

Desse modo, como alguém poderia avaliar ou modificar a própria experiência se a mesma é constantemente negada, inválida ou distorcida por um olhar externo opressor? A perda da subjetividade não pode ser reduzida apenas à “falta de autoconhecimento”, quando na verdade, ela encontra-se ligada à desautorização da própria capacidade de sentir, pensar e ser.

Se a normalidade é branca, a experiência negra é automaticamente isolada à margem do questionável, exceção ou fora da norma. Para dismantelar esses paradigmas, Akotirene destaca a relevância da analítica interseccional como

metodologia ativa de resgate à subjetividade, em seu sentido completo e humanitário:

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiromundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade (...) (Akotirene, 2019, p.20)

A interseccionalidade, nesse aspecto, prioriza construir um espaço de visibilidade para descrever a posição e existência das figuras negras femininas. A complexidade dessas mulheres - que não podem ser reduzidas a uma única categoria de opressão ou identificação - é vista como uma ameaça, e por isso, é alvo de exclusão. Exclusão essa que é fortemente contestada pela voz de personagens Kehinde; mulher negra, escrava, liberta, mãe, empreendedora, revolucionária e altamente independente.

Portanto, a representação da vida da personagem-protagonista de *Um Defeito de Cor* é repleta de sentimentos e contradições que fazem da sua existência ficcional um alcance e visibilidade de subjetividades reais.

3.1 Desobediência a ausência representacional

O termo "*outsider within*" (forasteira de dentro), cunhado pela socióloga e precursora dos estudos e teorias do feminismo negro, Patrícia Hill Collins, descreve e questiona a experiência paradoxal, especificamente das mulheres negras que, embora façam parte de um grupo ou sistema marginalizado, também estão inseridas em espaços tradicionalmente dominantes, como a academia. Essa posição oferece uma lente crítica para romper vieses, desafiar narrativas dominantes e promover uma compreensão mais completa das realidades sociais, valorizando o conhecimento e percepções daqueles que estão nas margens, mas com acesso ao centro. Resultando em uma perspectiva única, permitindo que elas observem e analisem as estruturas de poder de forma singular.

Lélia Gonzalez, intelectual e feminista negra brasileira, ao ser pioneira nos estudos críticos ao feminismo hegemônico e nas reflexões sobre a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, principalmente das negras e indígenas, acabou atuando como uma forasteira de dentro (*outsider within*). Seu posicionamento inaugurou a proposta de decolonização do saber com seus

questionamentos e implicações em torno da negligência das categorias analíticas das Ciências Sociais. Isso se mostrou evidente, por exemplo, na forma como essas categorias falharam/falham em explicar a realidade dessas mulheres:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. (Gonzalez, 1983, p. 225.)

Nesse contexto, a literatura afro-brasileira de Ana Maria Gonçalves, concretizada pelas narrações vivenciadas por Kehinde, contribui para a construção da decolonialidade como campo de novos saberes representacionais. Preenchendo esse “resto” citado por Gonzalez com uma narrativa rica em detalhamento e multifacetada em perspectivas, mergulhando na complexa subjetividade das relações familiares, comunitárias e individuais. Sua narrativa é subversiva no estilo, na medida que desafia as convenções e expectativas tradicionais de como e por quem a história deve ser contada. São protagonistas com a insolência de Kehinde que emergem para romper com o sistema que a psicologia, teórica e escritora Grada Kilomba reconhece como ausências:

Ela notou o princípio da ausência. O princípio no qual quem existe deixa de existir. E é com este princípio da ausência que espaços brancos são mantidos brancos, que por sua vez tornam a branquitude a norma nacional. A norma e a normalidade, que perigosamente indicam quem pode representar a verdadeira existência humana. (Kilomba, 2020. Prefácio. In: Fanon, 2023, p. 9)

Somos convidados, portanto, a fazer uma reflexão crítica sobre como os espaços são construídos e quem é autorizado a habitá-los plenamente. As experiências de Kehinde em *Um Defeito de Cor* veio para se fazer presente dentro da literatura como o meio mais eficaz de desobedecer à ausência para viver na existência.

Gonçalves, resgatando o posicionamento de uma mulher de negra como protagonista, opera uma ruptura epistemológica e narrativa ao contar sua história de maneira a respeitar sua individualidade e complexidade da personagem como pessoa e não como uma mero efeito colateral dentro do período colonial. Conseguindo, desse modo, gerar empatia e respeito pelas vivências de Kehinde. Construindo assim uma identidade negra positiva, rompendo com a figura hegemônica e distorcida propagada pelo imaginário colonial, trazendo à tona uma representação humanitária e justa que, enfim, restitui a essas pessoas, dignidade e agência no âmbito literário e, conseqüentemente, no imaginário social.

Nesse viés, Akotirene revela uma consciência interseccional de longa data que não dissociava as lutas raciais das de gênero ou de classe, que precede e, de certa forma, antecipa os próprios estudos contemporâneos sobre o tema:

Ao contrário do raciocínio ocidental, as mulheres negras evidenciaram destreza corpórea, insubmissão política em defesa do abolicionismo e sufrágio, preocupadas em superar toda e qualquer opressão, sem que, para isto, credenciais acadêmicas validassem este conhecimento. (Akotirene, 2019, p.20)

Em suma, aponta-se para uma epistemologia da prática, onde o saber é forjado na ação e na vivência, como apresentado em *Um Defeito de Cor*, contestando de forma incisiva a exclusividade do conhecimento formalizado e acadêmico como único válido para a transformação social. Literaturas como a de Gonçalves, manifestaram-se para para desobedecer as ausências representacionais. Preenchendo não somente um vazio, mas também provocando questionamentos pertinentes sobre a construção histórica de heróis e vilões dentro de um sistema social opressor, que levou a figura negra ao longo dos séculos, carregar arquétipos distorcidos de fúria e descontrole. Kehinde menciona a crucialidade das representações históricas por diferentes pontos de vista:

Mas são coisas que não nos interessam, isso dos reis já está por aí nos livros dos brancos, como os que a sua irmã estudou em França. Interessa-nos a história do Maneta, do padre Bartolomeu, do Baltasar e da Blimunda, que o Kuanza disse que o pai dele confirmou que só se tornaria de conhecimento de todo o mundo muitos anos depois de ter terminado, quando os homens não mais corressem o risco de serem mortos por contá-la. (Gonçalves, 2023, p.622)

A literatura acaba nos convidando a desnaturalizar essas narrativas dominantes universalizadas, reconhecendo que as escolhas sobre quem é celebrado e quem é demonizado não são neutras, e sim, atos políticos e ideológicos que serviam para renovar estruturas de poder.

Dessa forma, essas narrativas literárias, tornam-se ferramentas fundamentais para uma reinterpretação do passado, descortinando a identidade da mulher negra e reescrevendo a historiografia feminina no Brasil. Desse modo, é possível observar, através da pluralidade de Kehinde, a sua emancipação como sujeito que nunca aceitou ser o “Outro”. O seu propósito se baseia em uma busca constante pela reinvenção de sua própria identidade e domínio de seu corpo. Nesse ínterim, Ana Maria Gonçalves, em sua posição como mulher negra e escritora, consegue, por meio da sua literatura, atravessar paradigmas coloniais antes vistos como imutáveis, reivindicando o protagonismo das mulheres de cor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa atravessamos a história de Kehinde e sua trajetória dentro do período colonial. Uma história que só poderia ser contada através do corpo de quem a experienciou, compreendendo não apenas um relato individual, mas um espelho de vivências coletivas, e dos desafios impostos pela colonialidade.

A literatura afro-brasileira está profundamente enraizada nas vertentes decoloniais, funcionando como uma ética de rompimento e desconstrução do sistema-mundo moderno/colonial. Ao trazer à tona narrativas e epistemologias antes marginalizadas, não apenas desconstrói as hierarquias impostas pelo colonialismo, mas também propõe novos horizontes de sentido, onde a diversidade de experiências e saberes possa coexistir de forma equitativa.

No que conduz a isso, a obra de Ana Maria Gonçalves é marcada fortemente por questionamentos existenciais, por densas pesquisas de ancestralidade e heranças africanas, encontradas no Brasil. Carrega fortes traços documentais históricos, que agem como suporte de análise para uma representação profunda e complexa do sujeito negro feminino. A considerar que a poética narrativa de Gonçalves centra-se na trajetória de uma protagonista – Kehinde, mulher preta e, igualmente, um corpo escravizado. A obra não só revisita o passado colonial do Brasil, mas também expõe as continuidades dessas opressões no presente. *Um Defeito de Cor* recupera a história da escravidão sob a perspectiva de quem a viveu, oferecendo uma visão intimista e poderosa das lutas, mas fundamentalmente da humanidade da protagonista.

A literatura acaba nos convidando a desnaturalizar essas narrativas dominantes universalizadas, reconhecendo que as escolhas sobre quem é celebrado e quem é demonizado não são neutras, e sim, atos políticos e ideológicos que serviam para renovar estruturas de poder. Dessa forma, essas narrativas literárias tornam-se ferramentas cruciais para uma reinterpretação do passado.

A aplicação da sensibilidade analítica da interseccionalidade, fundamentada por Akotirene (2019), permitiu-nos compreender as avenidas identitárias que atravessaram a experiência complexa da personagem, se recusando a reproduzir mais do mesmo, e articulando de discursos contra-hegemônico. Podendo desse modo, romper com a representação e o exercício do papel tradicionalmente imposto por uma soberania que prioriza exterminar existências.

Subvertendo as lacunas a ela destinada, Kehinde se faz ser vista e ouvida como sujeito ativo, fazendo questão de exibir seus ferimentos, perdas e “riozinhos de sangue” na mesma proporção que exibia sua rebeldia, revolta e conquistas, reivindicando sua identidade e subjetividade. Ao se tornar proprietária das suas próprias vontades, ambições e desejos, ela se eleva como um símbolo de resiliência e humanidade, ressoando não somente na figura negra escravizada mas para todas as mulheres.

Esses escritos se tornam um meio para que essas mulheres se vejam e sejam vistas como sujeitos plenos, protagonizando suas próprias histórias e desafiando legados coloniais. Exige-se um esforço contínuo para desconstruir esse sistema de submissão e subalternização. E espera-se que este trabalho contribua para esses aspectos e para fomentar novas pesquisas e discussões em torno dessa ressignificação representacional e o papel da literatura dentro desse processo como ferramenta de autonomia identitária. E que continuemos a desobedecer a ausência, corroborando para a construção de uma sociedade menos predadora e mais consciente da sua história.

REFERÊNCIA

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.

Escravo de ganho, negro de ganho - StudHistória. Disponível em: <<https://studhistoria.com.br/qq-isso/escravo-de-ganho-negros-de-ganho/>>.

FANON, F *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo. UBU, 2020c.

GONÇALVES, A. M. *Um defeito de cor*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, G. Prefácio: Fanon, existência, Ausência. In: FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo, Abu Editora, 2020. p. 6-11.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n.3, set./dez., 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/i/2014.v22n3/>>. Acesso em: 14 mar. 2025

LUGONES, Maria. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: *PENSANDO los feminismos en Bolivia*. La Paz: Conexión Fondo de Emancipaciones, 2012. (Série Foros).

Luisa Mahin | Biblioteca Florestan Fernandes. Disponível em: <<https://biblioteca.fflch.usp.br/luisamahim>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n – 1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MENSAGEM, M. Serendipidade, que bicho é esse? Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/marketing/ponto-de-vista/serendipidade-que-bicho-e-esse>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Necropolítica. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/necropolitica/>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Oliveira, A. J. M. de .. (2020). “Dispensamos o suplicante *in defectu coloris*”: em torno da cor nos processos de habilitação sacerdotal no bispado do Rio de Janeiro (1702-1745). *Topoi (Rio de Janeiro)*, 21(45), 775–796. <https://doi.org/10.1590/2237-101X02104511>

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

POLITIZE. Colonialidade e Descolonialidade: você conhece esses conceitos?. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>>. Acesso em: 3 jan. 2025.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In.: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Kate Millett foi uma das principais militantes da segunda onda do feminismo. Foi escritora, ativista, militante e professora. Suas obras influenciaram todo o feminismo. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/kate-millett-autora-da-biblia-feminista>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

Roda Viva | Ana Maria Gonçalves | 17/07/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cP28ek_6dg>. Acesso em: 17 jun. 2025.

VICK, M. Como 'Um defeito de cor' mudou a memória afro-brasileira. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2024/02/14/livro-um-defeito-de-cor-ea-memoria-afro-brasileira>>. Acesso em: 7 de maio. 2025.

WILDERSON III, Frank B. *Afropessimismo*. Trad. Rogerio W. Galindo; e Rosiane Correia de Freitas. São Paulo: Todavia, 2021.